

Recursos Naturais

É permitido ser optimista?

Ana Elisa Cascão

A Organização das Nações Unidas declarou 2003 como sendo o Ano Mundial da Água e, não obstante o pertinente foco de atenção num dos recursos naturais mais cruciais para os ecossistemas, o desenvolvimento económico e as relações sociais entre os diversos actores políticos, assume-se que os “anos mundiais” tendem a reflectir situações de crise.

Têm sido constantes as referências científicas e jornalísticas aos recursos hídricos enquanto elemento de tensões políticas em vários palcos internacionais, tais como a bacia do Jordão, do Tigre-Eufrates e do Nilo, entre muitas outras bacias internacionais. Quem nunca ouvi falar do “ouro azul” e das “guerras de água” do século XXI?

Há pouco consenso à volta do papel que os recursos hídricos têm desempenhado nos conflitos internacionais; no entanto, a incidência na problemática surgiu a par da reformulação de conceitos-chave como segurança, no pós-Guerra Fria, ou fronteiras, no desenlace das “novas” relações internacionais que marcam o início deste século, o que só por si antecipa o carácter político mutante dos recursos hídricos internacionais. A água é, por definição, um recurso renovável, mas limitado face às funções pelas quais responde (consumo humano, energia, indústria ou agricultura).

No entanto, a densidade e complexidade das relações internacionais contemporâneas tendem a revelar uma ambivalência nos desenvolvimentos políticos respeitantes aos recursos hídricos e assistimos, mais recentemente, a uma metamorfose do paradigma dos “conflitos potenciais” em paradigma da “cooperação potencial”, revelando que os actores políticos internacionais estão conscientes dos perigos associados à escassez dos recursos hídricos (os riscos são reais), mas que acreditam que estes podem ser coarctados se a cooperação entre Estados, instituições e populações surgir antes dos conflitos, exponenciando as capacidades de adaptação das sociedades às mudanças.

Se pensarmos que a maioria esmagadora dos conflitos internacionais envolvendo recursos hídricos são mais latentes do que propriamente activos, é manifesto que um processo de integração regional, tendo como pano de fundo a gestão de recursos hídricos, é vital, e o sucesso poder-se-á medir em termos de desenvolvimentos institucionais dentro das bacias

e que nos indicam, de forma mais ou menos afirmativa, que os Estados e outros actores estão interessados em reverter o padrão de conflitos endémicos e encontrar na água um elemento para a paz e estabilidade. Sem dúvida que o optimismo exacerbado deve ser alvo de relativização, mas deve também facultar aos Estados ambições que ultrapassem as fronteiras – que não são estáticas e que os rios desafiam continuamente – e jogar a soberania fora dos espaços habituais, nomeadamente em Organizações Regionais de Bacias, através de práticas e políticas cooperativas, com o objectivo último de promover o desenvolvimento sustentável comum.

Como ponto de partida assume-se que nem as bacias têm todas as mesmas características, nem todas têm a mesma quantidade e qualidade de água. Logo, nem todas têm o mesmo problema de stress/escassez hídrica. Ou seja, a cada bacia a sua organização.

Apresentam-se, em seguida, dois arquétipos de cooperação no âmbito dos recursos hídricos internacionais considerados de sucesso; por um lado, um caso considerado exemplar – o da bacia do rio Indus, partilhada pela Índia e pelo Paquistão e, por outro lado, um caso de cooperação mais recente, que nos sugere optimismo, ainda que reservado – o da bacia do rio Nilo, partilhada por 10 Estados do continente africano (Egipto, Sudão, Etiópia, Eritreia, Uganda, R.D. do Congo, Ruanda, Burundi, Quénia e Tanzânia).

Estas duas bacias são extremamente *sui generis* na sua “anatomia”, o que muito influenciou nos desenvolvimentos políticos relativos aos seus recursos hídricos. A bacia do Indus tem a peculiaridade de ser composta por dois sub-complexos de três rios cada e em que cada um dos arqui-rivais nucleares – Índia e Paquistão – controla um dos sub-complexos, sendo que, de um ponto de vista geográfico, a Índia é o Estado a montante. Até à separação dos dois Estados, em 1948, a bacia do Indus não era transfronteiriça e foi nesta altura, devido a tensões políticas fortes, que a divisão da bacia foi feita geometricamente.

A bacia do Nilo, o mais longo rio do mundo (cerca de 6500 km), ocupa 10% do continente africano e é também composta por dois sub-complexos, mas desta forma nada simétricos – o Nilo Branco e o Nilo Azul – que atravessam as fronteiras de 10 países e tem duas origens completamente distintas (os planaltos etíopes no Nilo Azul e os lagos equatoriais no Nilo Branco).

Qualquer uma destas bacias, exactamente pelas suas características invulgares, não se enquadra na tipologia de conflitos clássicos de recursos hídricos – conflito montante-jusante – e, ainda que ambas apresentem uma longa história de relações geopolíticas hostis e conflitos diplomáticos por causa da água, há tónicas cooperativas fortes que devem ser realçadas.

Na bacia do Indus, após a separação da Índia e do Paquistão (1948), seguiu-se a discussão sobre a partilha dos recursos hídricos, mas logo em 1952, o Banco Mundial ofereceu os seus bons ofícios e assumiu o comando de um projecto cooperativo ao nível da bacia, que veio a resultar na assinatura do Tratado Hídrico do Indus, em 1960, em vários projectos de intervenção hidráulica (de acordo com um plano integrado) e do estabelecimento da Comissão Permanente do Indus, que tem como função examinar as possíveis disputas entre os dois Estados.

Quer o Tratado quer a Comissão continuam a funcionar sem grandes atritos até hoje e a ser considerados como uma das formas mais criativas encontradas para evitar conflitos hídricos (é, aliás, um dos poucos tratados implementados, com convicção, por estes dois Estados e que sobreviveu a três guerras inter-estatais). Sem dúvida que o envolvimento de terceiros (no caso, o Banco Mundial e as Nações Unidas) e o financiamento internacional foram condição sine qua non para o sucesso da iniciativa.

Na bacia do Nilo, é conhecida a importância vital que os recursos hídricos têm para o Egipto, bastante dependente do Nilo, e também as posições de força que foi assumindo na última metade do século XX, baseando as suas reivindicações num tratado assinado bilateralmente com o Sudão, em 1959, que todos os outros Estados ribeirinhos contestam, em especial a Etiópia, que contribui com cerca de 85% do total da água do Nilo. Mas ainda que os princípios legais continuem a ser centrais na discussão do futuro das relações no Nilo, a cooperação a outros níveis foi tomando forma. Depois de muitas tentativas falhadas de projectos cooperativos, os 10 Estados ribeirinhos do Nilo estabeleceram, em 1999, a Iniciativa da Bacia do Nilo, uma organização para a cooperação e o desenvolvimento, que tem por pilares uma Visão Partilhada (Bacia) e Programas de Acção Subsidiária (Nilo Azul e Nilo Branco), ambos embriões de um projecto de cooperação inovador, que tem por objectivo último um acordo-quadro de cooperação regional alargado (comércio, energia, agricultura, entre outros) e tem por parceiros instituições tão influentes como o Banco Mundial (responsável pelo consórcio de

financiamento), o PNUD e parceiros bilaterais (ex: Canadá) empenhados desde o arranque do projecto.

Em qualquer uma destas bacias é indubitável o espírito cooperativo presente que, apesar das oscilações nas relações geopolíticas entre os Estados ribeirinhos, tendem a subsistir e a ser pedra de toque para conversações diplomáticas, ao mais alto nível, sobre pacifismo, cooperação, regionalismo e multilateralismo e, mais especificamente, para o estabelecimento de acordos mútuos sobre a gestão integrada e eficiente dos recursos hídricos das bacias de rios internacionais.